

Este vai ser, seguramente, um ano muito difícil para o país, para a economia e, portanto, para nosso Conselho. Já há alguns anos, o Movimento de Renovação dos Economistas está lutando para transformar nossa instituição, que é basicamente, segundo a lei, uma instituição de fiscalização do exercício profissional, em alguma coisa além disso. Alguma coisa mais viva, mais integrada num projeto de transformação da sociedade.

Essa transformação nunca foi tão urgente. Os economistas, que tiveram um papel de extrema relevância na década de 70, no processo que culminou com a redemocratização do país, estão sendo novamente requisitados, dada a gravidade do momento histórico que atravessamos.

Estamos talvez mergulhados numa recessão mundial, e temos um agravante no caso brasileiro: o país está sem rumo. O governo Collor não tem uma política econômica definida, limitando-se a atuação da equipe econômica a medidas de curto prazo, que só fazem aprofundar a recessão e projetam consequências sociais assustadoras. O desemprego atinge níveis alarmantes, a saúde e a educação nunca estiveram tão próximas do caos, a concentração da renda continua a cavar enormes fossos entre aqueles que se apropriam da riqueza e os que vivem na faixa de pobreza — um número cada vez maior de brasileiros.

O recente acordo do governo Collor com os políticos remanescentes do “centrão” soterrou a expectativa de que, acuado pelo fracasso de seus dois planos econômicos, o presidente fosse capaz de abrir canais de negociação com as mais amplas forças políticas da sociedade. Mais uma vez, foi chamada ao primeiro escalão uma elite que há décadas está inscrustada no aparelho de Estado. Uma elite clientelista, ligada aos mais arcaicos setores da produção, cuja atuação política não contempla os ideais de modernidade preconizados por Collor. Com isso, diminui a possibilidade de que outros setores econômicos, que não os ligados aos interesses conservadores, as elites intelectuais e os próprios trabalhadores possam ver suas demandas articuladas num projeto nacional alternativo à recessão.

Por isso o nosso esforço deve ser o de buscar outras corporações, e, num processo de discussões abertas, francas e até mesmo inéditas em nossa produção intelectual, sacar alternativas à situação política e econômica que se apresenta. Devemos tentar superar a prática do simples exercício intelectual, partindo do pressuposto de que é necessário dotar as forças de oposição à ideologia dominante uma proposta que não seja imediatista, mas supra a carência de visões estratégicas para o país e de retomada do crescimento econômico.

O terreno para essas discussões é fértil, o momento é propício e a urgência é máxima. Além disso, dadas as profundas mudanças que se delineiam na ordem econômica internacional, necessitamos de formulações que possam dar conta das novas questões que se colocam. Como devemos tratar a Amazônia, onde se confundem questões ecológicas com ataques à nossa soberania? Que papel devem ter as Forças Armadas? Que tipo de Estado necessitamos para enfrentar o próximo momento histórico? Como o país vai se posicionar diante da redefinição dos mercados e da emergência de outras duas potências mundiais, o Japão e a Alemanha? Sobre essas interrogações, esta edição do INFORME CORECON trás as primeiras contribuições.

Concurso Público

A UFRJ/FEA realizará Concurso para *Professor Titular* e para *Professor Adjunto*, em regime de dedicação exclusiva. Haverá 1 (uma) vaga para cada disciplina abaixo relacionada:

PROFESSOR TITULAR	PROFESSOR ADJUNTO
<ul style="list-style-type: none"> Economia do Meio Ambiente Economia Internacional Macroeconomia Metodologia Econômica Teoria Econômica 	<ul style="list-style-type: none"> Economia do Setor Público Economia Industrial Economia Monetária História e Desenvolvimento Econômico Métodos Quantitativos Modelos Lineares
Inscrições: até o dia 22/6/92 Titulação Acadêmica: Doutorado ou Livre Docente	Inscrições: até o dia 20/03/92 Titulação Acadêmica: Doutorado ou Livre Docente
LOCAL DE INSCRIÇÃO E INFORMAÇÕES: UFRJ/FEA — Departamento de Economia — Av. Pasteur, 250/2º andar Praia Vermelha — Tel.: (021) 295-4295	

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMÉRCIO EXTERIOR

O Departamento de Economia da FEA/UFRJ, atento às modificações que se passam atualmente no ambiente internacional e motivado pelas recentes reformulações da política econômica no Brasil, instituiu o Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em COMÉRCIO EXTERIOR, com início em março de 1992. Destina-se a iniciantes e profissionais engajados na área de comércio exterior que procuram um conhecimento mais amplo da evolução das negociações internacionais, para adequar suas técnicas competitivas aos padrões de concorrência estabelecidas atualmente.

Período Letivo: 10/03/1992 a 22/05/1993, com aulas semanais de terça a quinta-feira, no horário de 18:00 às 21:40, ou aulas aos sábados das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:30.

Local: Campus da UFRJ na Praia Vermelha, à Av. Pasteur, 250.

Período de Inscrição: Até 10/03 de 1992.

Informações: Coordenação de Extensão Av. Pasteur, 250 Urca - Cep: 2229 - RJ Tels.: (021) 542-0495 e (021) 295-4295 Ramal A3

Observações adicionais: Serão emitidos pela UFRJ, diplomas de conclusão de curso aos alunos aprovados.

O acesso ao Núcleo de Computação da UFRJ, localizado no Campus da Praia Vermelha estará disponível aos alunos que queiram contar com suporte computacional para o aprendizado na área referida;

Terão acesso à Videoteca da UFRJ, que dispõe de um acervo que destaca vídeos informativos dos aspectos culturais, linguísticos e de costumes de outros países cujo conhecimento é necessário ao sucesso das negociações internacionais.

Debates

1) NEOLIBERALISMO OU NACIONALISMO ECONÔMICO

A Divisão Técnica de Engenharia Econômica do Clube de Engenharia e o Conselho Regional de Economia da 1ª Região realizarão, no próximo dia 17 de março, às 18h, no Clube de Engenharia (Av. Rio Branco 124 20º andar) o painel “RAÍZES DA CRÍTICA AO LIBERALISMO”. Os expositores serão o emérito professor Barbosa Lima Sobrinho, o professor Cristovam Buarque e o jornalista Lorenzo Carrasco.

2) MOMENTO ATUAL

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região e a Divisão Técnica de Engenharia Econômica do Clube de Engenharia promovem, mensalmente, mesa-redonda destinada a estimular o debate sobre a situação nacional. O próximo painel será no dia 24 de março, às 18h30, no Clube de Engenharia (Av. Rio Branco, 124 20º andar), e os convidados são Jorge Bitar, Alfredo Laufer, Benito Dias Paret e o deputado Luiz Henrique Lima.

3) RAÍZES DO PENSAMENTO CRÍTICO ANUAL

O Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ) e a Universidade Federal Fluminense promovem um ciclo de debates sobre “AS RAÍZES DO PENSAMENTO CRÍTICO ATUAL”, na sede do IERJ (Av. Rio Branco, 124 18º andar). Informações pelo telefone 231-1077 e 221-6177 ramal 108.

HEGEL:

Gerd Bornhëlm 14/4 e 23/4

MARX:

Maria C. Moraes 28/4 e 5/5

NIETZSCHE:

Vera Portocarrero 12/5 e 19/5

FOUCAULT:

Vera Portocarrero 26/5

FREUD:

Benilton Bezerra Jr. 2/6 e 9/6

INFORME CORECON

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054. Tel.: (021) 224-0578, Ramais B-3 e B-4. Presidente: Carlos Francisco Teodoro Machado Ribeiro Lessa. Vice-Presidente: Maurício Buzanovsky. Conselheiros Efetivos: Marcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araujo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascountto da Rocha. Conselheiros Suplentes: Airton de Albuquerque Queiroz, Lia Haseindever, Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Carlos Augusto Callou, Alexandre Baptista Freire. Secretária de Coordenação: José Públio de Almeida Cunha. Secretária de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro. Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-8333. Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária Angela Peixoto. INFORME CORECON/Orgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. Diretor Responsável: Márcio Henrique M. de Castro. Conselho Editorial: Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. Coordenação e Edição: Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel.: (021) 220-5444. Diagramação: Mariza Good. Secretária: Angela Peixoto. Editoração Eletrônica: Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906 Fotografia: Murillo Rocha. Ilustração: Zope. Fotolito e Impressão: Monitor Mercantil. Tiragem: 20.000 exemplares. Periodicidade: Bimestral. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Governo aposta na estabilização econômica, depois do acordo com FMI. Mas o custo social causado pelos ajustes provocou uma queda no nível de empregos que surpreendeu até mesmo os empresários.

Feliz (?) acordo, triste desemprego

CECÍLIA GUEDES

O governo iniciou o ano comemorando a assinatura do acordo *stand by* com o Fundo Monetário Internacional. O ministro Márcio Marques Moreira, responsável pela "costura" política que redundou no acordo, avaliou-o como sendo uma senha de reingresso do Brasil na comunidade financeira internacional, depois de um período de 10 anos em que o país, movido a choques econômicos, declarações unilaterais de moratória e não pagamento dos serviços da dívida externa, viu-se praticamente banido desse universo.

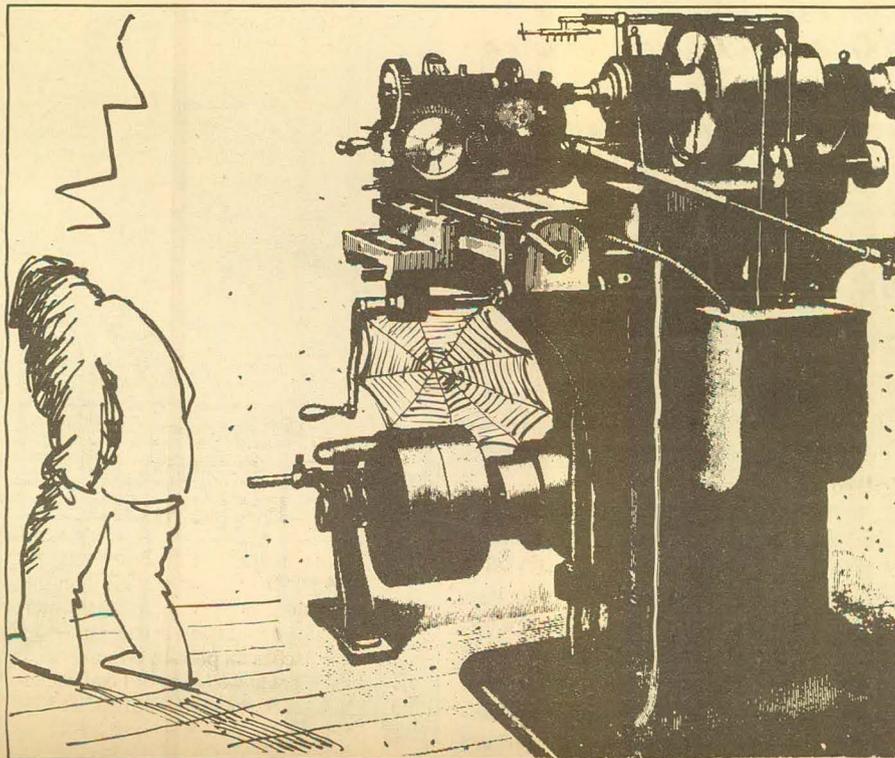
No rastro da assinatura do acordo, avaliavam os analistas ligados ao governo, viria uma negociação mais fácil com os credores privados e governamentais, e um fluxo de investimentos ao país, com o cumprimento das metas fixadas na carta de intenções entregue ao FMI.

Mas os ajustes promovidos pela equipe econômica estão tendo um custo social e econômico extremamente elevado. Além da perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, que empurra os níveis de consumo cada vez mais para baixo; da alta taxa de ociosidade de boa parte do parque industrial; e de um verdadeiro caos nos serviços públicos de caráter assistencial — provocado pela contenção de custos do governo —, o desemprego cresce de forma alarmante, acima das expectativas dos próprios empresários.

Além das dispensas, a concessão de férias coletivas e licenças-remuneradas na indústria chegou a patamares inéditos em nossa história. Some-se a isso a utilização de mão-de-obra à margem da lei, sem assinatura de carteira profissional, e a redução da jornada de trabalho, já em curso em centenas de empresas.

O Departamento de Documentação e Estatística da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) previa cerca de 60 mil demissões no primeiro trimestre. Mas apenas em janeiro, e nas duas primeiras semanas de fevereiro, a queda no nível de emprego já acumulou um índice de 2,56%, ou seja, mais de 73% do que a Fiesp previa até o final de março. A continuar nessa marcha, as 60 mil demissões deverão ser uma realidade até o final de fevereiro. Pelos índices da Fiesp, nos últimos 12 meses o nível de emprego registrou uma queda de 6,84%, ou 122.804 demissões apenas na indústria.

Também quanto à facilidade em negociar com os credores governamentais



e privados, após o acordo com o FMI, as últimas rodadas com o Clube de Paris demonstram que a linguagem dos banqueiros não é a mesma. A eles, ainda mais numa época de recessão mundial, interessa o dinheiro e não apenas as injunções políticas e econômicas derivadas de um acordo.

Desde o ano passado as estatísticas apontam índices negativos — ou pequenas variações positivas sazonais setorializadas — nos níveis de emprego da indústria, comércio, serviços e construção civil. Até mesmo o setor de serviços, que tradicionalmente absorvia a mão-de-obra dispensada da produção industrial, apresentou queda de 0,2% e 1,5% de novembro para dezembro de 1991 — época em que o setor deveria estar aquecido e contratando, por causa das festas de final de ano — e desse mês para janeiro deste ano, respectivamente, na Grande São Paulo. Até janeiro, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Dieese, o número de desempregados nessa região chegava a 996 mil pessoas. O recorde de desemprego na Grande São Paulo foi estabelecido em maio de 1991: 1,1 milhão de trabalhadores sem ocupação.

As notícias preocupantes que partem da indústria não se referem apenas às demissões. O setor está perdendo o título de maior empregador de mão-de-obra, principalmente em São Paulo. Durante o Plano Cruzado, a indústria paulistana empregava 36,2% do contingente de

mão-de-obra. Hoje, essa participação está reduzida a 26,5%.

Os empresários mostram-se "surpresos" com o ritmo das demissões. Segundo a Fiesp, eles estão trabalhando com uma expectativa de recuperação das vendas a partir de março, embora em patamares baixos, e já operaram os ajustes necessários para adequar a produção ao mercado. Porém, a persistência da inflação em níveis elevados dificulta a retomada do crescimento econômico a curto prazo, e o governo, com sua falta absoluta de políticas de médio e longo prazos e de estratégias para resgatar o país do fundo do poço, insiste em manter a receita ortodoxa, com juros altos e aprofundamento da recessão. As perspectivas não são nada animadoras.

É importante verificar que as demissões apontam para dois tipos de desemprego. Um, conjuntural, provocado pela

recessão e consequente queda de atividade da economia; outro delinea-se como estrutural, como o provocado pelo fechamento da fábrica de motores da Ford, em São Bernardo do Campo. Constitui-se numa pálida amostra da política preconizada pelos Estados Unidos para a América Latina, que visa redefinir mercados e já provocou um verdadeiro desastre nos parques industriais argentino, mexicano e venezuelano. O Brasil ainda resiste, mas não se sabe por quanto tempo.

Dados do IBGE demonstram que a queda nos salários reais, outro índice preocupante na crise, foi menor onde os trabalhadores estão mais organizados. Em São Paulo e no Rio, o acumulado para 1991 foi de -1,4% em relação a 1990. Em termos globais, a retração foi de 13,3%, com média de 3,3% para os contratos, no mesmo período. A informação passa a ser preocupante quando se verifica a semi-paralisia em que se encontram os sindicatos e as centrais sindicais combativas. O impacto das demissões tem provocado, segundo dirigentes sindicais, uma certa perplexidade, o que permite e facilita a tentativa de resolução dos problemas das empresas pelo lado do fator trabalho.

O fato é que a oposição ao plano econômico do governo Collor — que consiste, na prática, em não ter plano algum além das já mencionadas medidas de curto prazo — está diluída e acuada. Os partidos políticos que se posicionaram claramente no terreno da oposição, após o choque inicial provocado pelo primeiro plano econômico da ex-ministra Zélia, não alimentam os movimentos sociais, e o resultado é a falta de uma atuação conjunta na defesa do emprego e contra a recessão. As conseqüências de mais três anos dessa política serão fatais para o país.

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:
— Revistas
— Boletins
— Informativos Periódicos
— Carnês
— Anuidades
— Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma empresa conceituada no
mercado pela sua pontualidade e
honradez.

Fale diretamente com Humberto
Machado, pelo telefone — 263-7570
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

FMI estrangula Estado e produção

Com a última carta de intenções encaminhada pelo Executivo ao Fundo Monetário Internacional, assistimos a uma reedição, a cada etapa mais radicalizada, do programa de pagamento da dívida externa à custa da profunda recessão interna e do estrangulamento do setor público. Este é o sentido do principal compromisso da carta, a saber, a geração de um saldo fiscal combinado das administrações públicas da ordem de 3% do PIB, no chamado orçamento primário (excluindo despesas financeiras).

Três por cento do PIB, aproximadamente, é o que se supõe necessário para cobrir, em cruzeiros, o serviço da dívida externa. É o montante que se requer para comprar ao setor privado, que pela diferença entre exportações e importações gera o saldo comercial com o exterior, os dólares correspondentes aos juros externos devidos pelo setor público, mais eventuais amortizações. Pela matriz de política econômica ditada pelo Fundo, e acolhida graciosamente pelo Governo brasileiro, o saldo comercial garante o "equilíbrio" externo da economia, e o saldo fiscal, o interno.

Naturalmente, não se fala mais em deságio da dívida externa. Assume-se abertamente que vamos "ajustar" a economia para pagar integralmente os juros sobre todo o estoque nas condições de mercado. Descartou-se, sem grande alarde, até a formulação inicial do próprio Governo Collor — aliás, bandeira de sua campanha —, encaminhada formalmente aos banqueiros pelo Embaixador Jório Dauster, de redefinir o cronograma de pagamentos do principal da dívida de acordo com a capacidade da economia nacional, considerada uma margem de folga para a retomada do crescimento.

Voltamos, portanto, à estaca zero em termos de proposta alternativa. Não há diferença conceitual entre a carta agora encaminhada ao Fundo, monitor da política econômica, e a primeira entregue por Delfim Netto em 1983. A diferença fica por conta do rigor na implementação, já que os instrumentos de controle fiscal e monetário estão hoje formalmente mais afinados, sem contar o fato de que o Executivo não se defronta com qualquer resistência política maior em levar os compromissos assumidos até as últimas consequências, não importa o que ocorra na economia e na sociedade.

O fato de o programa ortodoxo do Fundo, justificado pela matriz mais ampla do projeto neoliberal, ser uma fábula técnica no que diz respeito ao controle da inflação, costuma ser invocado para respaldar uma atitude de indiferença frente a cada carta assinada. Acontece que o fiasco em termos de controle da inflação não significa que sejam menores ou mais suaves os cus-

tos do programa recessivo. Na realidade, paga-se o custo pesado da depressão dos salários reais e do desemprego para nada.

Note-se que isso vem ocorrendo desde 1983, quando se assinou a primeira carta. Antes disso, ainda em 1981, quando já se configurava no horizonte a iminência da crise da dívida com a explosão da taxa de juros nos Estados Unidos, a equipe econômica de então, comandada por Delfim Netto, havia feito por conta própria a primeira tentativa de ajuste. Sem grande escrúpulos, cortando diretamente nos salários reais e nos investimentos do setor produtivo estatal. Não tendo sido suficiente para gerar um saldo comercial tranquilizador de nossos credores, o FMI, agindo como xerife dos bancos privados, desembarcou aqui em 1983 para comandar diretamente a cena.

No que diz respeito aos interesses diretos dos banqueiros, a política econômica, desde então, só vem contabilizando êxitos. Pois o País tem feito superávits comerciais significativos com o exterior e, na essência, é isso que lhes importa. Em termos relativos, ou seja, comparando o superávit comercial com o PIB, temos tido uma performance mais espetacular do que a do Japão e a da Alemanha, para mencionar apenas os dois gigantes modernos do comércio internacional. Claro, ninguém fica tranquilo quando a um saldo externo dessa magnitude se contrapõe a hiperinflação virtual permanente e a estagnação. Não que os banqueiros ou seu xerife se preocupem pelos efeitos da inflação sobre os salários reais, ou da recessão sobre o emprego. Mas pelo que a queda contínua dos salários reais e o aumento do desemprego representam de risco potencial para a própria política de gerar superávits.

Vimos o que ocorreu em 1986. Diante da iminente perda de controle sobre a inflação, o Governo recorreu ao congelamento geral de preços, mudando a moeda e ajustando os salários para a nova situação de estabilidade forçada. Enquanto se manteve a estabilidade, todos os indicadores internos melhoraram — salário real, taxa de emprego, crescimento do PIB e da renda e a própria taxa de lucro. Não obstante, no fim



do ano, a política econômica estava sob fogo cerrado da aliança regressiva que se estabeleceu entre os banqueiros e a elite empresarial paulista. O motivo subjacente era a queda do superávit comercial, que levaria inexoravelmente à moratória de fevereiro de 1987.

Foi assim que, depois de experimentarmos, com todas as óbvias insuficiências do Plano Cruzado, os benefícios internos de um surto rápido de crescimento com estabilidade, voltamos ao

“O FMI, agindo como xerife dos bancos privados, desembarcou aqui para comandar diretamente a cena.”

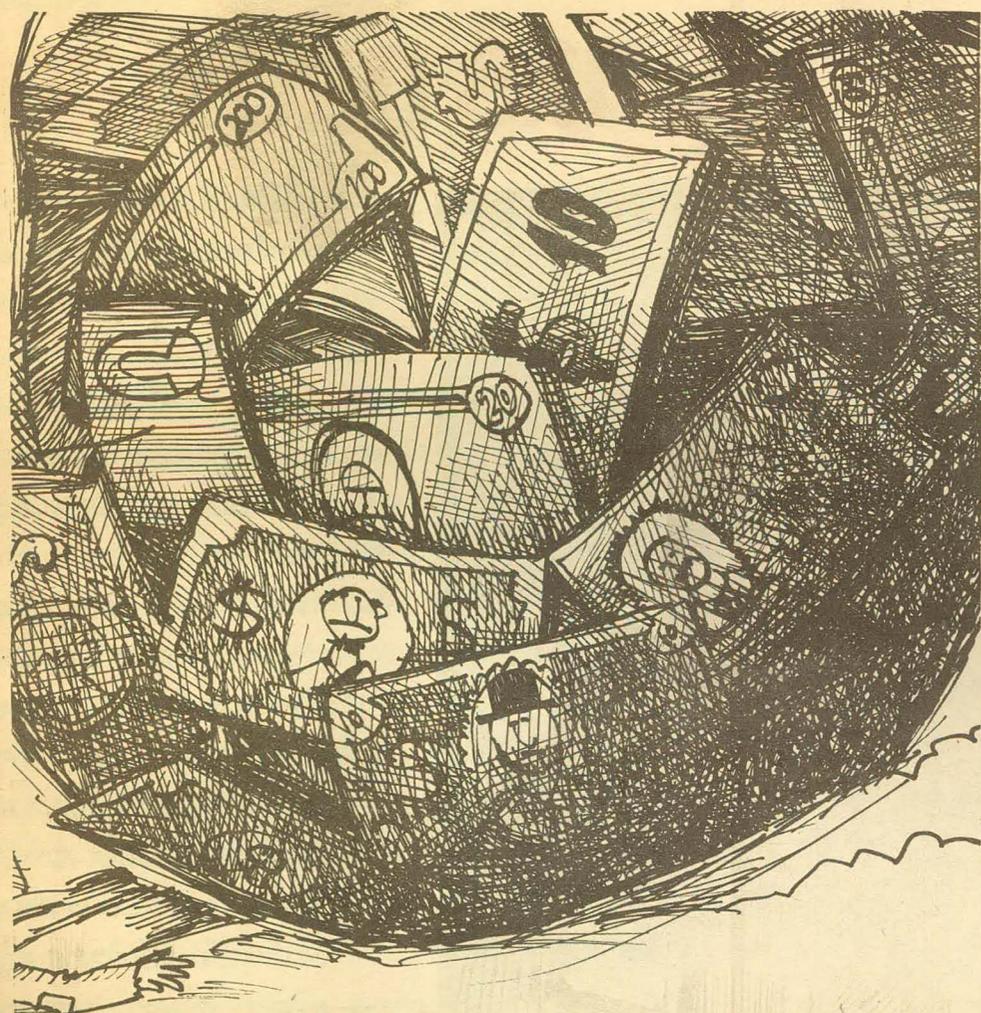
leito tradicional da instabilidade interna perseguindo o fugaz objetivo do “re-equilíbrio” externo. Este se define como a geração do saldo comercial necessário para pagar o serviço corrente da dívida externa, inflada pelas rolagens convencionais e pelas renegociações que apenas sancionam a incorporação no principal dos juros eventualmente não pagos por falta de caixa.

A capitulação já estava sinalizada no Plano Bresser, precedido de um “ajuste” no câmbio que acabou de pôr lenha na fogueira da inflação reacendida pelo Cruzado II. Finalmente, quando a própria inflação se encarregou de, comprimindo novamente os salários reais, favorecer a acumulação de mais reser-

vas, recomeçou a novela da “renegociação” da dívida. Uma proposta tímida de condições um pouco mais favoráveis para pagar foi imediatamente rechaçada externa e internamente, e quando Bresser propôs um ajuste fiscal, pela receita, a fim de tentar por aí o reequilíbrio interno do setor público estrangulado, assinou sua sentença de demissão.

Ao sucessor, Maílson da Nóbrega, coube queimar as reservas acumuladas durante a moratória num acordo infame com os banqueiros privados, estabelecendo compromissos de pagamento correntes que, no curso de um ano, levaram a novo estouro do caixa e a uma nova moratória. No intervalo, veio uma ameaça de hiperinflação e o inqualificável Plano Verão, cuja característica básica foi a tentativa de uma expropriação adicional dos salários. Sob o eufemismo da desindexação, liquidou-se com a URP. Esta, não sendo um indexador confiável para defender os salários de uma inflação ascendente, foi condenada em razão do pouco que defendia, embora isso não tenha evitado a hiperinflação, meses depois.

Na mudança do Governo, com o País em moratória, o Plano Collor passou ao largo da questão externa, que seria retomada adiante a partir da proposta original do Embaixador Dauster de reescalonar o principal da dívida com os banqueiros privados segundo um esquema de relativo alívio a curto prazo, a fim de abrir um espaço mínimo para a retomada. Era um paliativo modesto, já que se presumia manter em dia o pagamento do fluxo de serviços. Mas nem como paliativo teve passagem, conforme ocorreu com a proposta anterior de



ZOPÉ

Bresser. Com a queda da equipe econômica, a negociação da dívida voltou ao leito conhecido, mesmo porque o novo Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, havia sido, como Embaixador em Washington, o grande suporte diplomático do acordo infame de 1988.

Na liturgia da negociação, a carta de intenções ao FMI é o rito de abertura. Mas trata-se de uma matriz que enquadra, com notável coerência, cada inicia-

“Bresser assinou sua demissão, quando propôs ajuste fiscal pela receita para equilibrar finanças.”

tiva relevante do Governo Collor na agenda neoliberal. O compromisso com a realização de um superávit no orçamento primário condiciona ferreamente a execução orçamentária pelo lado das despesas, já que, com a estagnação assumida da economia, a perspectiva mais realista é de queda da receita fiscal.

É suficiente entender isso para se antecipar para este ano um quadro recessivo e de estrangulamento do setor público ainda mais dramático que em 1991. Pelo lado externo, a manipulação do câmbio indica uma política de desvalorização sistemática que garanta a geração de saldo comercial — agora, não apenas mantendo baixos os salários

reais, como rebaixando-os adicionalmente, a fim de que os exportadores possam absorver os reajustes de preços de insumos e tarifas públicas acima da inflação, o que é também compromisso com o FMI. Sem isso, não há como “estimular” as exportações, por um lado, e ter superávit no orçamento primário, por outro.

Pelo lado do ajuste fiscal interno, o orçamento federal está “contingenciado”, e os orçamentos dos governos estaduais estão indiretamente controlados por força de programa de “rolagem” de dívida que, em troca de um alívio de curtíssimo prazo, implicou o comprometimento de partes crescentes das receitas estaduais futuras não só com os juros correntes da sua dívida pública, mas também com amortização do principal. Nesse sentido, a implementação da carta ao FMI em 92 trará como novidade o enquadramento geral das administrações públicas, inclusive as indiretas, na matriz de enxugamento de despesas não financeiras do programa neoliberal.

Na ausência de qualquer iniciativa na área financeira, não é difícil concluir que se trata de um esforço inócuo em termos de controle inflacionário. De fato, a fonte principal do desequilíbrio fiscal é a própria dívida pública, externa e interna. E já que os juros internos continuam extravagantemente elevados, em termos reais; já que a mecânica do *over* torna à vista todo o estoque da dívida pública interna; e já que taxas elevadas de juros reais, no modelo de política monetária neoliberal, é instrumento de controle da inflação, para cada ponto percentual de saldo fiscal

que se ganha com contração de despesa perde-se proporcionalmente mais na conta do serviço da dívida com a incidência dos juros sobre o estoque em giro.

Para contornar essa contradição, a carta ao FMI não menciona como meta o equilíbrio global orçamentário, mas se limita ao objetivo de geração de saldo no orçamento primário, que exclui despesas financeiras. Com isso, o compromisso formal pode ser cumprido, embora se perca qualquer relação lógica entre déficit fiscal e inflação. Este déficit, quando considerado todo o estoque da dívida mobiliária interna em giro diário no *over*, é muito mais que os 3% do PIB projetados como saldo. Foi de 36% de PIB em 1991 e seria metade disso em 92. O motivo por que, no modelo do FMI, o déficit financeiro não

“A falta de alternativa política faz com que a agenda neoliberal se imponha ao Congresso e à sociedade.”

pressionaria a inflação, como qualquer outro déficit, é um grande mistério para os que ignoram que o propósito básico desta política não é de fato combater a inflação, mas sim o de compatibilizar contabilmente o saldo comercial em dólar com o saldo fiscal em cruzeiros para “tranquilidade” dos credores externos.

Entretanto, se a inflação não baixa, como não baixou na versão anterior dessa mesma política, a do feijão-com-arroz, a tendência inexorável é o aumento do déficit e da própria dívida mobiliária interna, pela incidência de correção monetária e juros reais sobre o estoque em giro no *over*. Isso, a despe-

to de superávit corrente no orçamento primário. Em síntese, vai-se estrangulando o setor público, pelo lado das contrações recorrentes de despesas de custeio e de investimentos, mas a situação patrimonial do setor público se deteriora, em vez de melhorar. Nesse contexto, o limite é a depressão econômica e o aniquilamento do Estado.

Dizer que não há alternativa a esta política é outra falácia. Na realidade, é com base nessa falácia que a agenda neoliberal vai se impondo goela abaixo do Congresso Nacional e da sociedade brasileira. Afirmar, por exemplo, que a eliminação do déficit fiscal (inclusive financeiro) é condição indispensável para combater a inflação é ignorar a realidade fiscal de muitos países economicamente estáveis, notadamente do próprio Primeiro Mundo, com dívidas públicas e déficits orçamentários proporcionalmente mais elevados que os nossos. O que nos distingue deles é a nossa institucionalidade financeira, que torna à vista todo o estoque da dívida mobiliária pública. E, principalmente, o caráter “oficial” de toda a dívida externa, que “descolou” patrimonialmente a dívida da geração de receita corrente das unidades produtivas, estatais ou privadas, que a assumiram originalmente.

Mais fundamentalmente, porque cresceu sob a força de juros exorbitantes entre 1979 e 1983, sem contrapartida de um crescimento correspondente de ativos, parte da dívida externa é impagável — o que está implícito na postura, embora tímida e ambígua, mesmo de alguns governos do Primeiro Mundo. De nossa parte é que não há iniciativa política coerente e firme para estabelecer uma matriz realista de negociação a partir desses pressupostos. E não é por insensibilidade de nossos credores que, como banqueiros, não têm sentimentos, mas interesses. É basicamente pela pressão dos credores sobre prepostos internos que, dentro ou fora do Governo, comandam de fato a política econômica sem qualquer consideração aos interesses nacionais.

Anuncie no Informe CORECON

O “Informe CORECON” é lido por mais de 16.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos.

O “Informe CORECON” funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do “Informe CORECON” — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

Largura das colunas:	
1 coluna	5,9 cm
2 colunas	12,5 cm
3 colunas	19,0 cm
4 colunas	25,6 cm

Área útil:

1 página: 31 cm x 25,6 cm
 1/2 página: 15,5 cm x 25,6 cm
 Material para Publicidade:
 fotolito ou arte-final
 Impressão: Off-set — 2 cores
LIGUE: (021) 224-0578 ramal B-3/4
Fax: 221-0958

TABELA DE PREÇOS

1 página	600.000,00
1/2 página	300.000,00
1/4 página	150.000,00
cm/coluna	6.000,00

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço e entrega do fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.

Cancelamento de reserva:
 Por escrito, com 72 horas de antecedência.

OBS.: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

Velhas teorias não dão

LESSA — Acho importante colocar em pauta questões que vão muito além do imediato, do curto prazo. Eu faço parte de um grupo que suspeita que nós vamos assistir, nos anos 90, a uma ressurgência do nacionalismo. A esperança é que ela possa ser combinada com o democrático. A tragédia da coisa nacionalista na América Latina é que ela sempre foi autoritária. Para nós seria particularmente enriquecedor se você pudesse fazer considerações sobre Nação, hoje; sobre os Estados Nacionais, hoje.

BERTA — Por acaso estou acompanhando um pouco esse debate que está se travando, justamente, sobre qual a tendência do Estado-nação, se ele tende a desaparecer.

Para muitos, o desfazer do sistema de Estado-nação seria um indicador do próprio desfazer do capitalismo. Existe esse debate. Bem, como eu vejo isso? Não há o desfazer, na minha opinião. Há, sim, conflito entre a natureza e o papel do Estado. Não se pode separar essa discussão da “nova ordem internacional”, que está mudando, comandada pela internacionalização da economia e pela revolução científica e tecnológica. Essa é a base da nova ordem. Qual o significado histórico específico dessa introdução de novas tecnologias? Porque sempre houve tecnologias novas. A novidade é que há uma profunda mudança na estrutura das relações espaço-tempo. Essa é a característica da introdução de novas tecnologias hoje. Nesse movimento, eu creio que o elemento central é a velocidade como essência da tecnologia.

Como essa “velocidade” caminha pelo mundo? Através das grandes redes de informação, pela circulação da informação. Eu vejo uma globalização crescente das decisões, que são justamente veiculadas de forma rápida por essas redes. É um espaço de fluxos que se sobrepõe ao espaço dos lugares, às diferenças históricas. Isso significa que esses espaços de fluxos realmente tendem a superar as fronteiras e os Estados.

Isso é de extrema importância: essas redes permitem aos lugares se articularem diretamente ao espaço transnacional. O local se liga diretamente ao internacional.

Hoje, em geopolítica, as vantagens comparativas decorrem justamente desse acesso às redes de informação. O acesso passa a ser um elemento crucial. Não são mais os recursos ou o controle de posições estratégicas. E o acesso gera uma brutal competição. A “nova ordem” é extremamente competitiva. O que está acontecendo é uma globalização que vai se pautar na valorização das diferenças: diferenças de aproveitamento das potencialidades locais, de iniciativas culturais, de mercado também. Nessa valorização das diferenças, a capacidade de iniciativas de gestão e o acesso às redes é o que conta.

Vê-se, então, a fusão de empresas internacionais, acima dos Estados. O Estado perde posição e o controle do processo produtivo, que fica extremamente fragmentado. Há as articulações diretas com o exterior — no Brasil há os casos do Ceará e dos seringueiros — e até separatismos. A fragmentação é uma expressão da com-



Berta Becker, especialista em Geopolítica da UFRJ

petição, através dessa possibilidade de articulação direta com o exterior.

Há ainda um outro movimento, que é justamente o de autonomia. Os nacionalismos e regionalismos estão em voga. Como eu falei, valoriza-se a diferença, a diversidade. Junta-se então a fome com a vontade de comer. As populações querem autonomia. Isso é um movimento contra o Estado. Mas os movimentos autonomistas não estão tendo uma trajetória anti-sistêmica, muito pelo contrário. Na minha opinião, são movimentos antiestado centralizador. O *welfare state*, esse realmente dançou.

Acontece que há outros elementos que mostram que o Estado tende a permanecer. Primeiro porque todo esse movimento de transformação não é pré-determinado. É um processo social e político, que depende enormemente de que políticas — sejam do Estado, que vai favorecer iniciativas em várias esferas, sejam até da comunidade local e regional — vão ser adotadas. Não é resultado de jogo de mercado.

Existe ainda a questão da propriedade. Aí que está resistindo a questão da soberania. Tem muita gente que diz: “o Brasil está muito preocupado com a Amazônia, os militares estão preocupados com a soberania, mas finalmente está se conseguindo caminhar no sentido da exploração do subsolo”. Eu acho que são coisas completamente diferentes. Fazer *joint-ventures* para explorar recursos naturais é uma coisa, mas tocar no território,

tirar a soberania, é outra. Território marca a existência física do Estado. Um Estado sem território, pela teoria convencional, não existe.

Trata-se de uma ameaça à soberania. Eu não sei como vai ficar. Isso se vê pelas propostas de “espaços comuns”, “patrimônios da humanidade”. Nessa coisa seletiva, de valorizar a diferença, todo esse movimento precisa de espaços e territó-

Velocidade é a tônica da nova revolução tecnológica. Acesso às redes de informação é elemento central.

Berta Becker

rios livres, no sentido de estimular a competição. Há hoje os “paraísos experimentais”, assim como há os “paraísos fiscais”, para se pesquisar recursos ecológicos.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Os “espaços livres” são os nós das redes. É lá que se trocam ativos, moedas, tudo, sem a intervenção do Estado. Hoje, no Japão, eles têm controle, ainda, sobre a máquina produtiva, mas não têm mais o mesmo controle fiscal sobre a economia, sobre os excedentes dos bancos.

*Para onde vai nos l
Industrial que está
internacional emer
Estados Nacionais. Em
velocidade crescente,
ressurgência do nacion
autonomia das nações
mesmo tempo, verifica-
internacionais permite
“locus” e os espaços su
Dentro dessa “mexida
do planeta no Terce
hegemônico nort
questionado. As inter
Reagan, que redund
Soviética e no pr
norte-americano, ofer
o qual as velhas teoria
Neste debate, realizad
Berta Becker, espec
UFRJ, e Maria da Cor
a nova orde*

BERTA — E há ainda outras questões. A guerra, por exemplo, não acabou. E ela é, essencialmente, uma coisa do Estado. Negociações, no seu sentido mais amplo, necessitam do Estado. E, para não se esquecer uma coisa fundamental, é preciso manter o Estado para segurar as desigualdades internacionais.

MARIA DA CONCEIÇÃO — A malta se vai...

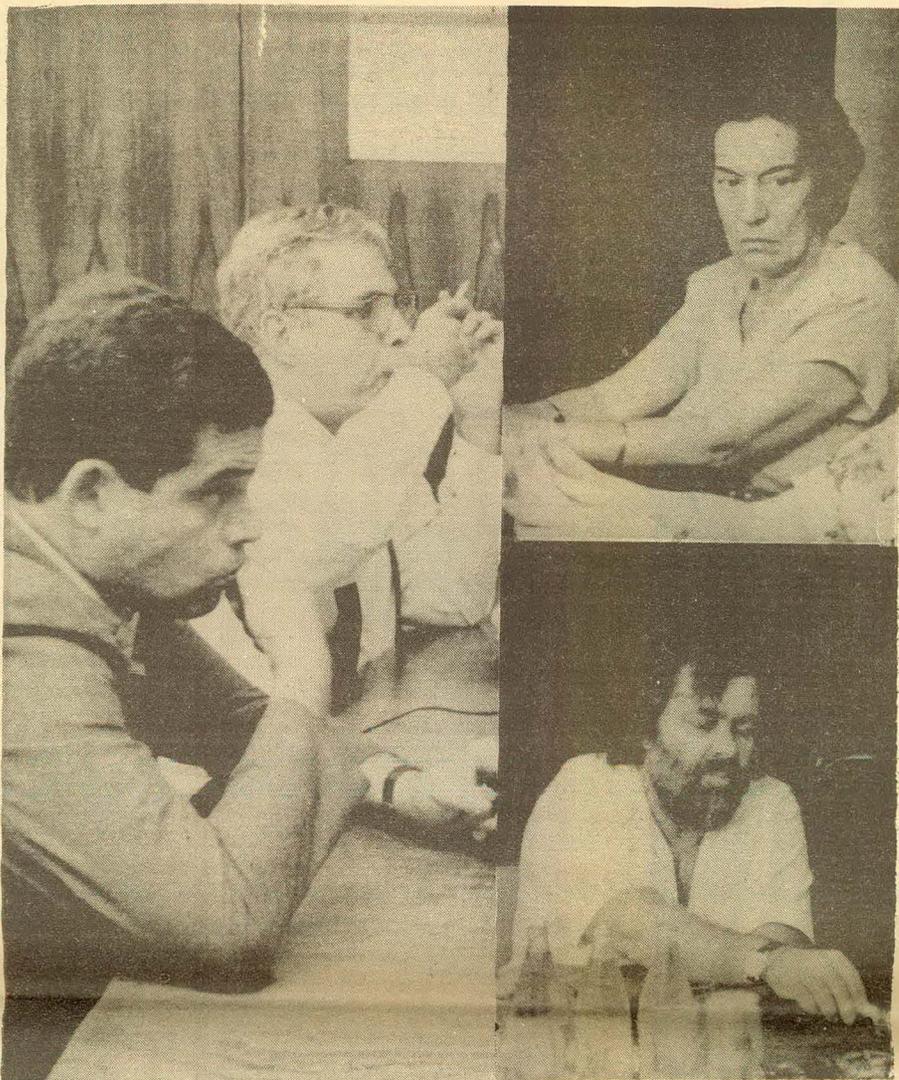
LESSA — Um colega colocou, com muita precisão, que na ponta do mundo está se criando uma nova ética, não mais fundada no trabalho. Quantidades crescentes de populações do Primeiro Mundo não chegam nunca a ter uma inserção no processo produtivo que as titularize a direitos. Quer dizer, os direitos sociais tinham uma fundamentação na ética do trabalho, que está sendo varrida. Por esta razão, o Primeiro Mundo está fechando as portas inteiramente às correntes migratórias. No futuro, quem terá acesso a esses direitos? Parece que é uma discussão da social-democracia. Fica extremamente contraditória essa sua posição com sua suposta preocupação com o Terceiro Mundo. No Primeiro Mundo, ela efetivamente apóia movimentos de restrição aos deslocamentos de população. Já estariam pensando à frente.

BERTA — Acho que vamos ter um grande excedente populacional, e uma grande mortalidade. As epidemias já são um sinal. Mas não é o apocalipse.

LESSA — Quer dizer, vai ser o *jus sanguinis* que vai dar acesso aos direitos sociais a serem estruturados no Primeiro

Respostas à nova ordem

...var a Terceira Revolução em curso? A nova ordem gente redefine o papel dos quanto o capital circula com assiste-se, em todo mundo, a lismo, a retomada da luta pela anexadas no pós-guerra. Ao se que as redes de informação m a relação direta entre cada pracionais que se formam. " que caracteriza o ingresso ro Milênio, o velho poder e-americano está sendo venções articuladas na era ram na derrocada da União óprio abalo do império ecem um novo cenário, para s não encontram respostas. o no Corecon, as professoras ialista em Geopolítica da ceição Tavares falam sobre m internacional.



Darke, Lessa, Maria da Conceição e Márcio no debate

Mundo para regular a vida social. O Terceiro Mundo que se vire.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Esta Revolução Industrial, que todo mundo elogia, é predatória. Não vejo indicações, nem na Alemanha, nem no Japão — os vencedores da Guerra Fria, que destruiu a União Soviética e abalou o império norte-americano — de desestruturação do Estado. Nem do *welfare state*, de nada. Muito pelo contrário, estão vivíssimos. Inclusive o Japão está entrando agora no *welfare*, é uma demanda nova. Então, se você tem "economias sociais de mercado", significa que há uma estruturação da sociedade onde o sistema de governo é muito amarrado ainda a uma estrutura que era o paradigma do pós-guerra. Na verdade, esses dois Estados Nacionais que são focos de multinacionais, de geração de renda, de informação, e estão na vanguarda, liderando a organização de seus espaços, na Ásia e na Europa, estão pensando em criar novos atributos supranacionais. Mas sem abrir mão. Porque justamente duas das coisas que qualquer Estado tinha, o direito às armas e à guerra, eles não tiveram. Isto é uma contradição. Os Estados Unidos não só têm direito à guerra como declaram que a forma de conter essa porcaria (o domínio sobre o resto do mundo) é muito simples: armar-se até os dentes, e impor-se pelo terror. Controlar os mísseis soviéticos, controlar essas drogas de exércitos locais. Eles que fiquem nos seus cantos, combatendo o tráfico de drogas. Tratem de suas vidas. As armas vão ser unifica-

das, o sistema de comando é nosso e fim de papo. Bem, mas isso é uma guerra contra quem? Contra um mundo esfacelado, mas não contra o Japão e a Alemanha. Posto isso, e posto o fim da primeira onda da nova tecnologia, quando você definir a sério quem manda no quê, a coisa começa a complicar. Fica o Japão, que está segurando os Estados Unidos, cobrando: "vocês não têm disciplina do trabalho, vocês

A valorização das diferenças pressupõe a conquista de novos territórios e espaços livres na periferia

Berta Becker

não têm ética do trabalho, não têm solidariedade entre seus cidadãos". Para nós é uma confusão. Estamos ligados economicamente à Europa, e, crescentemente, à Ásia. No entanto, estamos na área de influência diplomática, militar e monetária dos Estados Unidos. É um rolo...

BERTA — Mas esses são justamente os ingredientes da perplexidade. As coisas não estão definidas. Há realmente uma disputa nessa formação do mercado supranacionais.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Há acordo entre os norte-americanos, alemães e japoneses sobre a dívida externa, Amazônia, etc.. Sobre todas as coisas que nos chateiam. A disputa é entre três, é a triade, e o resto dane-se.

DARKE — Bem, eu acho que *ainda* estão em acordo, e que essa situação tende a mudar. A disputa entre eles é complicada.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Não no que nos diz respeito...

BERTA — Eu acho que o Brasil é um dos cenários onde essas coisas vão se definir.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Sobre moeda, armas e território, há um acordo entre eles.

DARKE — Há algumas coisas complicadas. O Japão tem interesses sérios no nosso fornecimento de matérias-primas para eles. O fato de sermos área de influência norte-americana não os faz desistir. Os alemães também estão muito interessados em utilizar o Brasil — a América Latina, de uma forma especial — como instrumento para que eles consigam segurar uma onda migratória do Leste. Não foi por outra razão que o Helmut Kohl passou aqui 10 dias, em dezembro. Ele está interessado em financiar a colonização alemã na Amazônia, por exemplo.

BERTA — Também não foi por acaso que, depois da visita dele, eclodiu novamente o movimento separatista no Sul do Brasil...

MARIA DA CONCEIÇÃO — Olha, eles estão de acordo naquilo que a Berta falou: segmentação, distribuição dos espaços.

Eles estão contra armas, moedas e território sob controle de um Estado forte.

DARKE — Essa é a posição dos sete grandes, a gente os vê sempre se colocando no Grupo dos Sete. Mas não creio que tenda à unidade...

MARIA DA CONCEIÇÃO — Mas já está até dando bode. Veja na Venezuela. É para abrir economicamente, não é para ter exército autônomo, é para não segurar os espaços.

BERTA — É isso aí. E eu acho que essa situação afeta particularmente as "baleias". Não afeta igualmente a todos os países, os "tigres" não são afetados da mesma forma. Afeta países grandes, que tiveram crescimento expressivo na década de 70, conquistaram fatias de mercado e, nessa reestruturação das áreas de influência, na organização dos mercados supranacionais, eles estão competindo por esses mercados. Cada vez mais, novos parâmetros são utilizados. A ecologia é um. Acho que ninguém tem dúvida disso. Claro que é perfeitamente defensável do ponto de vista de uma melhor relação com a natureza, mas é deplorável como instrumento de pressão.

Mas resta uma questão importante: acho que ainda há incríveis condições para a manutenção do poder hegemônico dos Estados Unidos. Deixou de ser hegemônico? Não, ainda permanece hegemônico. Japão e Alemanha não só não têm condições em termos de poder, como não conseguem vender suas culturas. Não se vende a ética de trabalho de japoneses e alemães.

E como se implanta a nova ordem, reduzindo os conflitos? Temos o novo multilateralismo, com instituições oficiais e não-oficiais — FMI, Bird, etc. — que, na verdade, estabelecem ordens, regulações a serem implantadas internacionalmente.

MARIA DA CONCEIÇÃO — Há uma novidade histórica. Você tem hoje, em escala mundial, o que se tinha na Europa pré-capitalista. Os banqueiros são o algodão entre os cristais. Eles é que dão a carta, e não os príncipes. Isto é uma destruição do capitalismo tal e qual o conhecemos. Como a gente conhece, a cunhagem da moeda dominante era a que determinava. Agora, não temos mais. São 40 trilhões de dólares circulando. Quem emite são os banqueiros. Circulação de capital já indica um movimento supranacional, que é barrado pelo fator trabalho. Veja só, um terço do comércio brasileiro é feito através de *trades companies*, nem sabemos para onde vai. O liberalismo pára no fator trabalho. Se tivéssemos a circulação do fator trabalho como temos de capitais, os Estados Nacionais já se teriam acabado.

LESSA — A questão social continua, então, circunscrita aos Estados onde ela foi gestada. Junte-se a isso as demandas crescentes criadas pelo anseio de democratização e Estados Nacionais extremamente debilitados. O que dá? Barbárie?

BERTA — Não. Há reajustes na ordem internacional, e também riquezas, pois é um momento histórico inédito. É transição, enfim. As coisas se cozinham por baixo. Há um caos sistêmico, emergem vários candidatos à hegemonia. O Brasil e a Amazônia são, talvez, um cenário dessa reestruturação. Nosso problema é não saber barganhar.

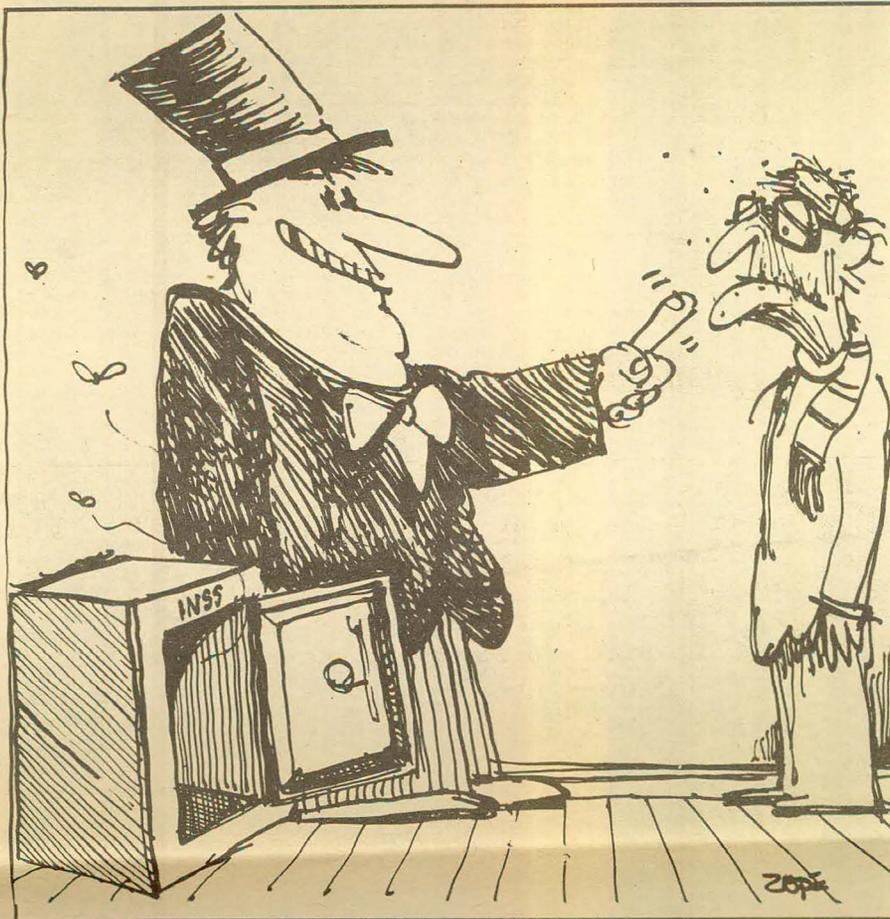
A Constituição e a controvérsia em torno da viabilidade da previdência social pública

Há um capítulo na recente Constituição que merece a denominação, tão em moda, de modernizante: é o que trata da *Seguridade Social*, um avanço, conceitual e estrutural, em relação aos textos anteriores. A *Seguridade Social*, ou segurança social, está concebida como um conjunto integrado de ações, de iniciativa do Estado e da sociedade civil, capaz de garantir, diante dos infortúnios da vida, um mínimo de proteção para todos os cidadãos. Seu objetivo é o de assegurar proteção aos que não tenham, em função da sua renda, condições para garantir sua sobrevivência em caso de perda, total ou parcial, da sua capacidade de trabalho e, portanto, de produzir renda. A *Seguridade Social* é, assim, um sistema público que transfere renda dos mais ricos para os mais pobres, tendo como fundamento dois princípios: o da solidariedade coletiva sem cuja existência as Nações se desintegram; e o do reconhecimento de que ninguém pode ser abandonado a sua própria sorte.

Pois é, exatamente, este capítulo, indispensável à existência de uma sociedade civilizada e moderna, que está sob a alça da mira desta nova e ensurdecedora ofensiva neoliberal conservadora que imputa ao conjunto de direitos reconhecidos aos clientes da *Seguridade Social* — a população mais pobre do País — a causa determinante da proclamada falência do sistema previdenciário público. Nada é poupado, desde o dispositivo que equipara os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos — dispositivo de elementar justiça — até o que universalizou os serviços de saúde. Em nome da pretensa e ruinosa generosidade constitucional prega-se a privatização do sistema previdenciário e a reforma da Constituição para acabar com o modesto elenco de direitos nela garantidos.

A crise financeira da Previdência não tem nada a ver com o custo dos direitos reconhecidos pela Constituição aos aposentados e pensionistas ou à população mais carente. Tem a ver, isto sim, com a queda de sua receita, consequência direta da combinação da recessão, com o archo salarial, com o crescimento do mercado informal de trabalho e com a cultura da sonegação fiscal que assola o País.

É impossível, e até grotesco, imputar-se à pretensa generosidade irresponsável e demagógica o dispositivo constitucional que garantiu a todos os aposentados um piso mínimo de benefício equivalente ao salário mínimo pago ao trabalhador. A Constituição, sem dúvida, pelo voto de todos os constituintes, garantiu uma renda mínima para todos. E o fez muito acerta-



“O que ameaça a saúde financeira da Previdência é a recessão, o achatamento salarial, o trabalho informal e a sonegação fiscal”

damente, beneficiando 9 milhões de aposentados, grande número dos quais percebia menos que o mínimo. É ridículo dizer-se que o piso esteja quebrando a Previdência. Como é, também, ridículo sustentar-se que a Previdência quebrou por que a Constituição garantiu o valor real dos proventos contra os efeitos devastadores da inflação. Na verdade, a inscrição desta garantia no texto constitucional tornou-se necessária para evitar que as contas da Previdência pudessem ser equilibradas pelo achatamento deliberado do valor dos benefícios pelo expediente de procrastinar a correção do respectivo valor e, assim, diminuir o gasto com benefícios.

Porque garantiu o valor real dos benefícios, a Constituição dotou o sistema de *Seguridade Social* de três fontes de financiamento capazes de garantir, mesmo em recessão, receita necessária ao cumprimento deste compromisso constitucional. Pois, se houver desajuste entre receita e

despesa o ajustamento tem que ser alcançado pela elevação da receita e não por compressão do valor dos benefícios. E mais: coerentemente, e por obrigar que o equilíbrio seja feito pelo lado da receita, a Constituição, excepcionalmente, admitiu a elevação das alíquotas da contribuição previdenciária, de qualquer de suas três fontes financiadoras, sem as restrições que o princípio da anuidade impõe à elevação dos impostos de modo geral. Da mesma maneira, a Constituição acabou com o estratagema, sistematicamente utilizado em períodos de redução da receita previdenciária, do valor da aposentadoria ser calculado sem se proceder à correção monetária do salário recebido pelo trabalhador nos doze meses anteriores à sua aposentadoria.

Outra garantia inovadora da Constituição é o reconhecimento do direito à aposentadoria de todos os que, mesmo não tendo sido contribuintes do sistema, atin-

giram 70 anos sem nenhuma condição de auto-sustentar-se.

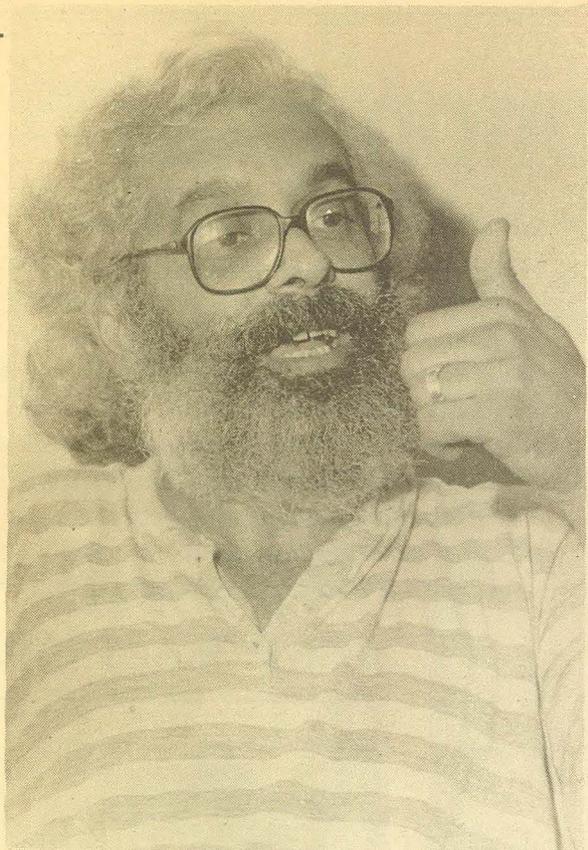
Estas regras — e aí estão listadas as principais — são, apenas, regras de elementar e indiscutível justiça. O que elas impedem, no fundo, é que os aposentados possam continuar sendo explorados pelo sistema previdenciário. E por que é assim, nada disto tem a ver com a discutida questão da concessão do reajuste de 147% aos aposentados.

Dramatizar o impacto financeiro é um mero pretexto para sustentar, também na área da Previdência, o discurso liberalizante. É claro que a concessão dos 147% eleva o gasto em benefícios. Mas a hipótese do seu pagamento deveria ter sido previsto no orçamento da *Seguridade Social*, para 1992, votado quando já havia dezenas de sentenças de 1ª instância que concediam o reajuste, mesmo que para isto se fizesse necessário remanejar verbas do próprio orçamento de *Seguridade Social*, reduzindo-se, por exemplo, as que alimentam em 1992 o orçamento do Ministério da Ação Social, ou eliminando-se a abusiva transferência de recursos do caixa da Previdência para o Tesouro Nacional para pagar os aposentados do serviço público.

É falso, assim, que a saúde da Previdência Social esteja comprometida por causa da generosidade constitucional. A prova mais evidente é que até agora, neste exercício, mesmo tendo pago 75% dos atrasados correspondente ao aumento de 147%, o seu caixa continua superavitário. Apesar da ridícula arrecadação do FINSOCIAL, uma das suas fontes de financiamento.

É preciso entender, de uma vez para sempre, que o equilíbrio financeiro da *Seguridade Social* é função da evolução da massa de salários, do número de trabalhadores ativos contribuintes e do número de aposentados. Sendo assim, o equilíbrio da Previdência está ameaçado pelo efeito cumulativo da recessão, do achatamento salarial, do crescimento explosivo do mercado informal de trabalho e, sem dúvida, do hábito generalizado da sonegação fiscal incorporada à cultura nacional como prova de sabedoria individual.

A retomada de crescimento, acoplada a uma política de renda mais civilizada, acompanhada de medidas que induzam os autônomos a pagar sua contribuição previdenciária e no enfrentamento eficiente da sonegação resgatariam a receita da *Seguridade Social*, no campo da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social. Por isso, a crise da Previdência exige uma discussão sobre os efeitos sociais da política econômica oficial.



O movimento sindical está retomando o fôlego, depois de um período em que se manteve acuado pelo impacto das medidas econômicas do governo Collor. Enfrentando a maior recessão da história do país, a organização dos trabalhadores deteve-se, nos últimos dois anos, na tentativa de barrar as demissões, atuando dentro das empresas.

“Mas os sindicalistas estão percebendo que é preciso contrapor alguma coisa ao modelo neoliberal que Collor quer implantar, e estão retomando as discussões políticas”, afirma o presidente do colegiado que dirige o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, João Manuel Gonçalves Barbosa.

Para ele, a crise levou o país a um limite. “Precisamos, com urgência, apresentar um projeto alternativo”.

O sindicato, que tem em sua base cerca de 14 mil economistas, conta com três mil filiados, e cerca de 900 contribuem regularmente com a entidade. “Nosso trabalho, neste ano, vai se voltar para o reagrupamento da categoria, dispersa em vários ramos de atividade, na tentativa de buscar saídas para a crise”.

“O movimento sindical está acuado”

CORECON — Como você está vendo a crise econômica?

JOÃO MANUEL — Ela é grave, crescente, mas antes de entrar nos aspectos macroeconômicos da questão, eu gostaria de citar um exemplo que me parece um bom indicador da sua profundidade. Há cerca de três anos, as empresas nos procuravam, com frequência, oferecendo postos de trabalho para economistas. Atualmente, não só não aparecem mais essas ofertas de emprego, como estamos, há nove meses, homologando três, quatro demissões *por dia*. E como o sindicato congrega profissionais dos mais diferentes ramos de atividade, podemos verificar que a situação é extremamente grave.

CORECON — E quanto à política econômica?

JOÃO MANUEL — Bem, eu acho que eles não têm política macro. O negócio é atacar o dia-a-dia, rolar a crise. Com essa política de juro real a 4%, recessão, o pressuposto é buscar uma redução da inflação no curtíssimo prazo. Mas a inflação está aí, você tem agentes financeiros especulativos colocados de tal maneira no aparelho produtivo que a resistência é muito grande. Abrir mão da margem ninguém abre. A lógica do governo me parece a seguinte: manter os juros reais elevados, desincentivando a formação de estoques, tornando-a cara.

A recessão aprofundou-se em setembro, outubro do ano passado. Esse é o período em que as empresas tradicionalmente se estocam para o final do ano, época de maior produção. Bem, o início do ano, até abril, mais ou menos, é um período de baixa produção, no qual as

empresas planejam o segundo semestre. Ora, não houve encomendas no final do ano passado. Não houve queima de estoques. Está se tornando comum, principalmente na indústria paulista, a venda de produtos por franquias. Ninguém mais faz estoques, a coisa estourou, estamos numa situação, a meu ver, muito perigosa. Não vejo saídas no curto prazo.

CORECON — E a longo prazo? Há saídas?

JOÃO MANUEL — A médio prazo, a equipe econômica só conseguiu pensar no acordão com o FMI, na tentativa de buscar estabilização em termos de relações externas. A longo prazo, me parece, eles apostam no “emendão”, uma coisa lá pra frente, para tentar reordenar, teoricamente, toda a economia, apostando na privatização e prevendo a reforma tributária ainda para este ano. Mas tudo isso sem planejamento, sem apontar de forma segura um caminho.

A privatização, por exemplo, não está trazendo dinheiro novo para o Estado. Há um problema sério com as contas nacionais, e uma tentativa de superá-los, a curto prazo, com a redução das despesas. Você teria que ter um dinheiro novo entrando, para se retomar a economia.

A idéia da privatização, em alguns países que adotaram as posições do neoliberalismo, seria redirecionar o dinheiro novo que entrasse através dela. Mas não há, no Brasil, uma política, e muito menos o dinheiro novo. O que entrou foi “moeda podre”. Ainda que tivesse entrado dinheiro, o governo não aponta para nada, para nenhuma atividade. Então o que temos é redução da massa salarial, desemprego e nenhuma perspec-

tiva, além do descrédito total, agravado pela crise de moralidade.

CORECON — Dá para pensar num projeto diferente? Qual a alternativa?

JOÃO MANUEL — É preciso retomar o crescimento, não há dúvida, mas isso pressupõe um esforço de toda a sociedade, um acordo político. Esse aparelho de Estado que está aí, desse tamanho e do jeito que foi montado, não é o Estado que eu montaria. Mas o negócio não é desmantelá-lo, simplesmente, e sim rearranjá-lo e direcionar recursos. Precisamos gerar, miseravelmente, um milhão de postos de trabalho por ano.

CORECON — O governo não gera espaços para essa conversa, até porque ele tem um projeto, neoliberal, o mesmo que está sendo implantado em toda a América Latina. Veja o Chile, Argentina, México, Venezuela...

JOÃO MANUEL — As forças sociais precisariam discutir em torno de um projeto claro, e não sobre regras impostas. Como cidadão, eu olho para este país e não consigo vislumbrar o que pode advir de mais alguns meses nessa situação. Do jeito que está, não vai eclodir nada organizado. A sociedade está dispersa, acuada. Eu temo o caos, a baderna. Isso é muito perigoso, chegamos a um limite.

CORECON — Você pode nos dizer quais são as perspectivas do movimento sindical nesse quadro?

O movimento que cresceu a partir da luta pela anistia, no final da década de 70, e permaneceu vivo e atuante até a campanha eleitoral, quando um metalúrgico quase se tornou presidente da República, foi esfacelado. Você não

consegue, hoje, reunir as pessoas. O movimento sindical está acuado desde a posse do Collor. O impacto das demissões gerou uma *desmobilização*. Um companheiro da CSN me trouxe o manual de recursos humanos da empresa, e é de arrepiar. A orientação é “eliminar qualquer foco de resistência sindical dentro da empresa”. E isso foi levado à prática pela maioria das empresas. As lideranças intermediárias foram as primeiras a serem demitidas. Não conseguimos mobilizar nas empresas. Só se ouve falar no medo das demissões.

Mas acredito que o movimento sindical esteja acordando, após a paulada inicial, e descobrindo que é preciso analisar esse modelo. Não adianta ir para a rua sem apontar uma proposta clara, objetiva. A negação do neoliberalismo, pura e simples, não basta. É claro que o cidadão sabe que não há grana e não há trabalho. Mas o que você vai oferecer? A CGT sumiu, a Força Sindical está entrando...

CORECON — A Força está crescendo em cima da CUT?

JOÃO MANUEL — Não. Eles têm o maior sindicato do país nas mãos dos Metalúrgicos de São Paulo, e isso dá um grande poder de fogo, é muita grana. Eles pegaram o espólio da CGT, a maior parte são sindicatos de cartório, pequenos. E têm um grande espaço na mídia. Mas o que está, de fato, faltando ao movimento sindical combativo é discutir política, apontar saídas, organizar o movimento horizontalmente. Nos últimos dois anos, estamos discutindo dentro de cada empresa, tentando barrar demissões.

Novo ciclo na luta dos economistas

“Neste momento, não só está assumindo um economista de expressão, mas um economista que, se tem uma característica marcante, essa característica é a militância, a luta por uma sociedade mais justa, mais democrática”. Foi com essas palavras que Márcio Henrique Monteiro de Castro, presidente do Corecon no biênio 90/91, passou o cargo ao professor Carlos Lessa, em cerimônia

realizada no dia 13 de janeiro, em conjunto com o Cofecon, que também empossou seu novo presidente, José Moraes Neto.

Presentes à cerimônia, compondo a mesa, estavam ainda Jafet Abrahão, que deixava a presidência do Cofecon, e a professora Maria da Conceição Tavares, convidada para traçar um painel sobre a situação internacional. O professor Jafet afirmou que a posse de Moraes e

Lessa marca um momento muito importante para os economistas. “Nessa transição política que não acaba mais, eu acredito que a participação da sociedade civil é fundamental. Lessa dá um novo vigor ao Corecon. Todos nós nos espelhamos na sua conduta, desde o início do Movimento de Renovação dos Economistas. O trabalho dele, ao lado de Moraes no Cofecon, dá uma nova dimensão à luta dos economistas”.

CARLOS LESSA

JOSÉ MORAES NETO

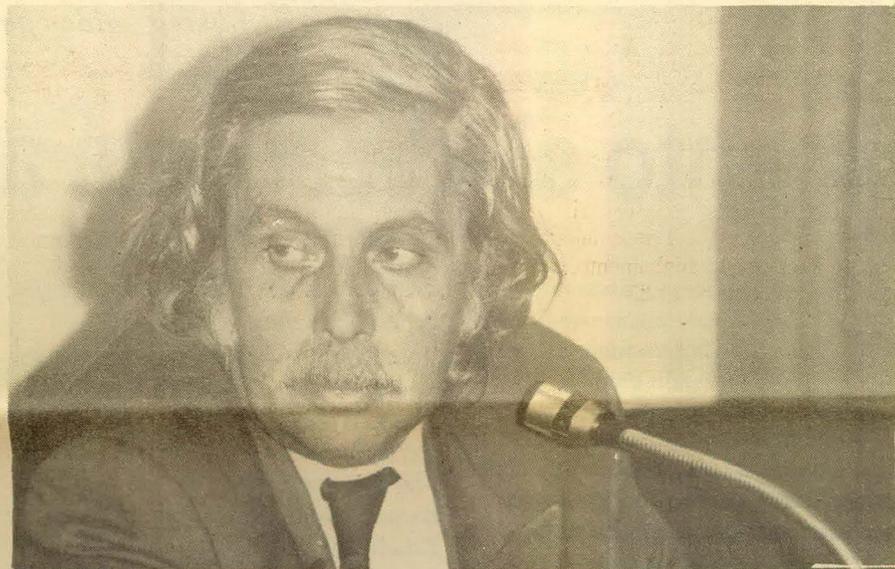
Não há saída sem união e novo projeto político

“Quando eu medito sobre minha eleição à presidência do Conselho, no período 92/93, creio que isso pode ser imputado a duas determinações de natureza muito diferentes. A primeira delas é o excepcional trabalho administrativo de construção institucional que foi feito pelo Marcelino, no período 89/90, e pelo Márcio Henrique, em 90/91. Eles conseguiram fazer do Corecon uma instituição extremamente azeitada, razoavelmente bem equipada e — isto é um personagem fora de seu tempo — superavitária.

Porém, eu creio que a eleição do terço do qual eu faço parte não deve ser atribuída exclusivamente à alta qualidade das administrações anteriores. De alguma maneira, ainda que o pensamento neoliberal tenha em alguns desta corporação os seus principais porta-vozes, eu acredito que a posição majoritária dos economistas do Rio de Janeiro é claramente antineoliberal. Na nossa plataforma de campanha, a orientação que nós daremos ao Corecon, em termos substantivos, é uma orientação de contestação da ideologia dominante.

Agora eu me permito fazer duas ou três observações com respeito a essa tarefa. Em primeiro lugar, toda a vez que se promovem debates sobre a crise, se aprofunda a reflexão sobre a crise, o efeito que eu consigo perceber é fortemente desmobilizador. Se o debate sobre a crise não for calçado, ainda que em termos utópicos, com as propostas de alternativas, de saídas, se ficar apenas no exercício extremamente competente — esse exercício é feito por nós desde os anos 70 e hoje é de uma monotonia absurda —, essa entrada na questão me parece historicamente superada.

Eu quero crer que nós teremos que, sem desatender a continuidade



dos serviços tradicionais do Conselho, usar a saúde da instituição para que ela promova uma discussão — ou se associe a uma discussão — pensando em termos de saídas estratégicas a longo prazo. O terreno está fértil para que essa discussão comece.

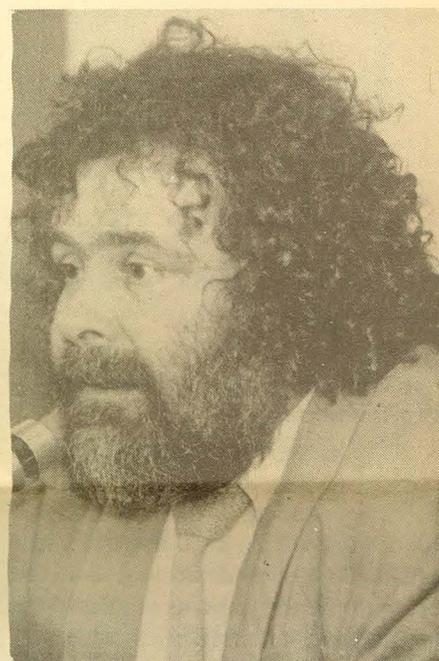
A estrutura do sistema corporativo brasileiro é sedimentada, insulada, com escassas comunicações horizontais, mas uma marca da administração Marcelino, e certamente a marca da administração Márcio Henrique, foi começar um movimento de abertura do Conselho a promoções conjuntas com uma série de outras instituições. Devemos procurar aprofundar esse movimento, e procurar sistematicamente os diversos Conselhos profissionais para um debate político sobre visões estratégicas para o Brasil.

O Rio de Janeiro é particularmente propício a isso. A maior parte das corporações a que queremos nos dirigir — engenheiros, arquitetos, químicos, biblioteconomistas, cientistas da área social, agrônomos, etc. — são corporações aonde um pedaço de sua elite dirigente faz par-

te do aparelho de Estado, tem tradição de discutir questões estratégicas, e assiste assustada ao processo de esvaziamento, de entropia, de deterioração que passa por esses níveis.

Para o segundo semestre em diante, devemos buscar promover um seminário que aborde, em profundidade, a questão nacional. Tentar interrogar o que é a nação brasileira daqui para a frente. Essa discussão é absolutamente urgente, e nos levará a temas que nós tradicionalmente descartamos. É necessário discutir as instituições nacionais, o papel das Forças Armadas, a questão da Amazônia, que características deve ter o Estado brasileiro para atravessar o terceiro milênio.

O terreno é propício para essa discussão e nós vamos — espero — aprovar em plenário esse esforço extraordinário do Conselho. Pela excepcional administração de meus antecessores, o Conselho tem condições para executá-lo, o que é algo absolutamente surpreendente nos tempos atuais.”



Precisamos voltar à cena e buscar novas alternativas

“Eu acredito que o momento político que o país atravessa aumenta a responsabilidade de qualquer pessoa que assume a direção de uma entidade, de classe ou civil. Precisamos nos voltar para a sociedade, abrir um processo de discussão. Mas essa sociedade está apática, pouco receptiva à discussão, à busca de alternativas a essa política que está sendo implementada. Cabe ao movimento dos economistas, como coube na década de 70, lutar por uma sociedade mais participativa, mais justa. Agora há complicadores, uma sociedade com interesses dispersos, que se constitui num desafio para todos nós.

Devemos lutar por uma sociedade mais moderna, mas não uma modernidade que privilegie poucos e expulse cada vez mais brasileiros dos benefícios que essa sociedade produz. Tenho certeza que a hora dessa discussão é agora, como o sistema Cofecon-Corecon.”

A conta da América Latina na década de 80 foi de US\$ 200 bilhões

“Estive trabalhando sobre a questão internacional e, embora haja na agenda muitas coisas para as quais não se vê nenhuma solução, pelo menos em termos científicos, sabe-se que o poder hegemônico está velho, estamos outra vez numa recessão mundial, o sistema monetário internacional é uma completa *zorra*. Não há padrão monetário estável, a movida feita por Reagan no começo da década de 80 — e que atingiu toda a América Latina — foi uma verdadeira catástrofe, reafirmando a hegemonia americana de uma maneira devastadora para o bloco soviético, mas também não indolor para o sistema americano.

O que é mais importante é que aconteceu o que aconteceu com a reestruturação da dita ordem internacional — no momento uma desordem, minorada pelo fato de que os EUA, Japão e Alemanha repartem a responsabilidade do que resta da ordem —, apesar da enorme instabilidade que marcou a década de 80, ela foi, para os países centrais — e para as grandes multas e bancos internacionais —, uma boa década. Para nós, foi uma má década.

Aquilo que hoje se chama “o consenso de Washington” — um conjunto de idéias liberais em que a regra do ajuste é deflacionar, desvalorizar, desregular — na verdade foi só aplicado, de maneira desastrosa, para os países periféricos. A América Latina pagou uma conta alta, cerca de US\$ 200 bilhões em transferência de recursos para os bancos e países centrais.

Se olharmos a década de 80, veremos que o Brasil resistiu bastante bem. O complicado foi a mudança de regime político não ter tido a possibilidade real de rearticulação das forças políticas. Não se consegue apresentar nada que se pareça, ainda que remotamente, com um projeto nacional. O único projeto político existente no momento é o da Europa. Eles ainda continuam a ter uma idéia de projeto supranacional, mantendo as nações como espaço político de convivência, mas permitindo, ao mesmo tempo, que certas coisas como o capital e o trabalho tenham uma associabilidade e mobilidade superior à que existia até pouco tempo. Mas ninguém sabe o que vai acontecer.

O sistema Breton Woods faliu, precisa-se de outro. Mas, qual? Com base em que poderes? O poder da tríade, dos três grandes? Mas o poder de uma economia global, que é composta por 200, 300 multinacionais — que, por sinal, vão mudando de *ranking* entre si o tempo inteiro? De quais multinacionais estamos falando? Qualquer idéia pronta sobre liberalismo, sobre organização do Estado, diminuição do Estado, etc., é uma bobagem. Em todos os lugares do mundo, os que resistiram melhor (à década de 80) foram os que tinham um Estado forte, o que não necessariamente quer dizer um grande governo. Podiam ser politicamente complexos, como o Japão, a Coreia, onde as estruturas de poder são muito fragmentadas, complexas, mas todos tinham um “locus”, que permitia articular interesses das empresas, sindicatos, das várias frações da burocracia do Estado. Permitiam agendar estratégias em várias direções.

Do ponto de vista internacional, o Brasil é o único país da América Latina que não está alinhado com os Estados Unidos, que não está integrado. E também não está rom-



pido. Cuba está rompida. O resto da América Latina — em termos políticos, diplomáticos, militares e comerciais — está alinhado. Nós, não. Temos uma tradição diplomática de não-alinhamento, com exceção do período de 64 a 68.

Temos uma inserção internacional assimétrica; é complicado. Estamos na área de influência militar, diplomática e monetária do dólar, dos EUA. Economicamente, estamos muito ligados à Europa. Os investimentos, tecnologia, comércio, são muito mais europeus, basta ver os nomes no setor de bens de capital.

Em termos microeconômicos, a primeira tentativa de reestruturação, a privatização da Usiminas, foi muito original: a quatro patas, em vez de três. Sempre tivemos três pés: o Estado, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro. Agregamos agora os fundos de pensão dos trabalhadores. Essa privatização é uma invenção. E portanto, apesar do blá-blá-blá liberal, a verdade é que o projeto de privatização da Usiminas nada tem de liberal.

Eu suspeito, pelo que ouço dizer aos empresários, aos sindicatos, aos tecnocratas, que nós não temos liberais. É só para americano ver. Na verdade todos têm na cabeça a idéia de que não são apenas os “três dês” — deflação, desvalorização, desregulamentação — e que há pelo menos “dois erros” que todos esquecem: recuperação da atividade econômica e reestruturação.

Até hoje continua a “teoria do bolo”: primeiro crescemos, depois dividimos. Isso é uma sandice em termos econômicos. Essa tem sido a marca do nosso desespero. Esse não foi o paradigma japonês, nem o alemão.

Estamos vivendo uma farsa. Os EUA são hoje uma das economias mais confusas e atrapalhadas, com altos e baixos muito pronunciados. Quem foi vitorioso, nesta década de 80, foi o capitalismo organizado com tintas de algum tipo de “estado de bem-estar”, com pressão forte dos agentes, da opinião pública, com neocorporativismo, com as sociedades profissionais, que vão desde a defesa das baleias até o que nem sequer se imagina. Qualquer coisa se solidariza para lutar. Evidente que há um problema de governabilidade.

Nós estamos indiscutivelmente num estágio que, para o Brasil, não é tão ruim. Terminamos a 2ª Revolução Industrial. Até 1988 tínhamos o padrão de indústria normal, tanto em produção quanto em exportação de manufaturados. Temos relações diplomáticas e financeiras com todo o mundo. O que não temos, no momento, é um Estado em condições de rearticular as demandas cruzadas da sociedade. Não temos e não teremos. Não temos os agentes da social-democracia. Temos apenas uma elite universitária bem posta, bem pensante, que a quer.

Que modelo político vamos seguir? Imagino que o nosso mesmo. Até prova em contrário, pertencemos a uma tradição de Estados que oscilam entre períodos liberais — em geral, nas crises mundiais e nas rearticulações do sistema — com períodos de intervenção pesada. O que nós nunca levamos a sério foram os de baixo. Sempre demoramos a encarar suas reivindicações. E sempre há uma contraposição, no tempo histórico, pela qual, quando demandas como a questão agrária, a questão demográfica, estão em ascensão, por razões de crise econômica, financeira, etc., vem a espada. E ela esquece, evidentemente, de fazer as propostas que os próprios liberais já estavam de acordo que deveriam ser feitas.

Isso, porém, não impediu uma transformação social gigantesca. Houve convergência no modelo do pós-guerra em todas as partes do mundo, de crescimento, de subida dos patamares de vida. Mas, na nossa parte do mundo, produziu-se distribuição desigual. O problema é que toda essa convergência, essa mobilidade social para cima, esse crescimento com endividamento, com desordem, voltou.

Nós temos um problema grave. Não de inserção internacional — não pegaremos a 3ª Revolução Industrial, nem o resto da América Latina. Ela é para três ou quatro países. A própria Europa está preocupada com o Japão. Não temos que nos preocupar com o fato de que o novo paradigma tecnológico, o novo paradigma da organização da produção industrial passa por uma revolução que nós até arranhamos — afinal, até entramos na Informática, mas nos obrigaram a caminhar para trás. Os Estados Unidos

obrigaram todo o resto da América Latina a voltar para trás, e obrigaram o México a se integrar com o continente americano de uma maneira perversa, pois para mais de 50% da população só resta a alternativa de deixar de ser mexicano e virar “chicano”.

A verdade é que nós somos um país complexo, continental. Temos uma indústria que está orientada às vantagens comparativas clássicas, pelo menos no que diz respeito a que é usuária de recursos naturais e de energia. Não é o paradigma novo, mas temos uma metal-mecânica em processo de reestruturação. Segundo: não vamos chutar fora as multinacionais, não queremos isso. O problema é como se rearticulam os interesses. Um conceito de nação que não se espatife em querelas regionais, separatismos, as questões sociais e a ocupação de espaços complicados, como a Amazônia, são questões que interessam a todos.

Existem milhares de maneira pelas quais a sociedade luta e se organiza. O importante é que essas lutas e essa organização se imbriquem outra vez, refazendo o Estado. Não há precedente histórico, porque não há outro país que tenha se recolocado de novo a questão nacional, em termos novos, dessa maneira. Não deixamos de ser periféricos. Somos absolutamente irrelevantes para os interesses estratégicos das grandes potências. Porém, somos uma espécie de desafio, não nos encaixamos, somos uma dor de cabeça.

E dado que somos uma dor de cabeça e um *puzzle* para os analistas do Norte, que não entendem nada deste país, é natural que a nossa dor de cabeça e o nosso *puzzle* sejam de natureza diferente. É natural que sejamos um desafio, posto que, em épocas de crise, tende-se a beber na fonte das universidades mundiais, das quais as norte-americanas são, evidentemente, as mais importantes.

Um jornalista norte-americano escreveu que a esperança dele era que a Argentina e a União Soviética estourassem antes do Brasil. A União Soviética já estourou, só que mandaram o Jeffrey Sachs para traçar um plano, que evidentemente não vai dar certo. Já-já o povo soviético porá o Sachs de volta e tratará de resolver como o pão, as armas, as coisas básicas de um Estado Nacional se resolvem.

Nosso problema não é o pão, nem as armas, somente. Nosso problema é saber como, em todos os níveis, se reestrutura o poder, se redistribui a riqueza, se redistribui a renda. Não de uma maneira antiga, cupulista. É uma velha demanda da Revolução Francesa, que não chegou ao fim porque dois termos não se encaixam na mesma equação: liberdade e igualdade. Os brasileiros se converterão ou não em cidadãos?

Eu tenho esperanças que o Lessa, um companheiro com tradição de luta pelo social, pela democracia, e também pela dignidade, competência e credibilidade do Estado brasileiro, nos leve à união com outros companheiros para que, finalmente, cruzemos as metas. Como economistas, lutaremos pelos “dois erros” — reconstrução, reestruturação — e, como seres humanos, lutaremos também por um “dê” que não é o do “consenso de Washington”, e sim o nosso “dê”: o avanço da democracia em todos os sentidos. Prazer em estar com vocês. Desejo uma boa gestão.

RENATO ARCHER

Energia atômica e o interesse nacional

O Brasil assinou, no início de fevereiro, um novo acordo atômico com a Argentina, já ratificado pelo Congresso Nacional. Por este acordo, o Brasil delega, pela primeira vez, a uma agência supranacional a competência para inventariar e inspecionar o uso a que se destinam os materiais e instalações nucleares nacionais. A seguir o governo brasileiro manifestou formalmente o propósito de aderir ao Tratado de Tlatelolco de proscricção de armas nucleares no continente, há 25 anos rejeitado por todos os governos anteriores.

Uma tal mudança na orientação da política nuclear brasileira, no âmbito internacional, dá margem a algumas observações.

Em primeiro lugar, cabe assinalar que, para o grande público, foi a bomba que tornou conhecida a energia atômica, associando-se a sua imagem como instrumento de destruição definitiva, consolidada pela corrida armamentista agora em declínio. A importância fundamental da energia atômica é energética. A queima de um átomo de carvão liberta 4 eletron volts de energia, enquanto a cisão de um átomo de urânio liberta 200 milhões de eletron volts. Este dado aponta para a energia atômica como fator de libertação da humanidade do fantasma da escassez energética. Cada dia se constroem mais centrais nucleares no mundo inteiro. A energia atômica responde por percentagens cada vez mais significativas da energia elétrica consumida na Inglaterra, na Alemanha e na França, sem as seqüelas da poluição de carvão e petróleo e os danos ecológicos da construção de hidrelétricas.

A utilização da energia atômica para produção de eletricidade ameaça de obsolescência todo o parque de produção de energia à base de combustíveis convencionais; oferece a oportunidade de uma fonte energética mais rápida, mais barata, mais limpa e conduz a uma atualização tecnológica de profundas repercussões na aceleração do desenvolvimento. Estes são fatores de grandes conseqüências políticas, com implicações de segurança nacional e internacional tão ou mais importantes que sua significação militar.

A energia atômica é o caso singular em que o Brasil acompanha de perto todo o seu desenvolvimento tecnológico. Sempre à margem das grandes descobertas e invenções, como o motor à explosão, a lâmpada e o chip, o Brasil nunca deixou de seguir, e até participar, do desenvolvimento da questão nuclear em termos tecnológicos, econômicos e políticos.

Em 1934, a convite de Alvaro Alberto,

em conferência pronunciada na Academia Brasileira de Ciências, Enrico Fermi anunciou no Brasil sua descoberta que levaria alguns anos depois à cisão do átomo.

Em 1947, o Brasil participa da primeira conferência internacional convocada pela ONU para discutir o uso de energia nuclear. O almirante Alvaro Alberto, como chefe da delegação brasileira, exerce por duas vezes a presidência da conferência e se opõe à proposta americana de "correção das injustiças da natureza" que preconizava a internacionalização das jazidas de minerais atômicos, em favor dos países que detinham tecnologia — o chamado "plano Baruch". A seguir, Alvaro Alberto formula a tese das chamadas "compensações específicas", que consistia em estabelecer, como condição para a venda de minerais radioativos, por preço justo, o direito de comprar também a preço justo os equipamentos necessários ao nosso desenvolvimento na área. O resultado é o convite pelo Presidente Dutra a Alvaro Alberto para a elaboração da mensagem e projeto que viriam a ser a Lei nº 1.310, de janeiro de 1951, de criação do Conselho Nacional de Pesquisas, como órgão executor de uma política nuclear brasileira.

A dificuldade tecnológica básica para o aproveitamento da energia nuclear é o enriquecimento do urânio. Por decisão de Al-

"Brasil sempre tentou superar dificuldades para produzir a eletricidade à base da energia nuclear"

varo Alberto, o Brasil opta pelo método de enriquecimento de urânio pela ultracentrifugação, hoje adotado no mundo inteiro. Graças ao fato de, por fim, tê-la e aperfeiçoá-la, o Brasil domina, hoje, inteiramente o ciclo tecnológico do enriquecimento de urânio, através do chamado Programa Nuclear Paralelo.

Como país rico em minerais radioativos — urânio e tório — a posição do Brasil foi sempre a de tentar vencer as dificuldades tecnológicas para produzir eletricidade à base de energia nuclear.

Desde o início, o Brasil orientou-se para seu aproveitamento como fonte de energia,

inclusive como alternativa à dependência da previsível escassez de petróleo e às incertezas climáticas do fornecimento por via hidrelétrica. Já em 1952, o que propôs o Almirante Alberto foi sempre a construção de reatores de potência para a produção de energia e não a instalação de apenas reatores de pesquisa, defendidos por alguns. Como afirmou o célebre professor Robert Oppenheimer, em conferência no Brasil: "se você quer treinar um maquinista é bem mais adequado colocá-lo como ajudante de foguista, do que lhe dar um trem de brinquedo".

Na busca dessa tecnologia, na época disponível apenas nos EUA e na União Soviética, defrontávamo-nos com o fato de que o país demandante via-se vinculado a rígidas obrigações com o cedente. Os EUA, por exemplo, não cediam tecnologia em virtude das duras restrições estabelecidas pela Lei Mac Mahon e o clima de "guerra fria" impedia na prática a negociação com a União Soviética, nessa área.

Para romper esse ciclo vicioso, para permitir que os países em desenvolvimento tivessem acesso a essa tecnologia, livre das imposições e limitações ditadas pelas duas grandes potências atômicas de então, é que o Brasil propôs nas Nações Unidas a criação da Agência Internacional de Energia Atômica — AIEA. Este feito deve-se ao embaixador João Carlos Muniz, nosso então delegado na ONU, presidente da Comissão que propôs a criação da AIEA, cuja assembléia de instalação foi presidida pelo embaixador brasileiro Carlos Alfredo Bernardes, autor da proposta de criação de centros de excelência e treinamento para desenvolvimento de tecnologia nuclear em países em desenvolvimento e primeiro presidente do Conselho de Governadores da Agência.

As duas grandes potências nucleares que produziam bombas nucleares sem limites, transformaram, de forma abusiva e até truculenta, a AIEA em instrumento para impedir aos países não desenvolvidos acesso ao uso de uma fonte de energia que ameaça o parque convencional de produção de energia à base de petróleo e carvão. Esta a verdadeira razão de ser dos tratados mundiais e continentais — como o de Tlatelolco — de pretensa não proliferação de armas atômicas, com sua bateria de salvaguardas concebidas por países despidos de qualquer autoridade moral para tanto.

No Centro Atômico da Inglaterra, em Harwell, em 1957, encontrava-se em pleno funcionamento um reator (*breeder*), a tório, minério radioativo cujas maiores jazidas

encontram-se no Brasil. Na ocasião, ouvi de seu diretor científico, como advertência, esta significativa declaração: "Espero que você esteja vivo para ver seu país um dia se beneficiar disso. Ninguém seria insensato a ponto de supor que os países industrializados irão abandonar seus parques de produção de energia à base de petróleo e carvão, apenas porque seu país é rico em urânio e tório".

Por razões como estas, com a experiência de quem foi por três anos governador brasileiro da AIEA, imagino que o Presidente Collor deva agir com máximo de prudência nesses assuntos, até para que não venha, como o fez há pouco, afirmar a adesão do Brasil a um organismo, cuja criação se constitui numa brilhante vitória conquistada graças à competência dos diplomatas e à visão dos políticos brasileiros de então.

Diante da exuberante abundância de fatos e evidências, tenho como muito clara que é mais política e econômica do que militar a razão do empenho dos mais desenvolvidos, principalmente os EUA, nas restrições e obstáculos à disseminação do uso da energia atômica pelos países menos adiantados. Constitui-se numa ameaça insuportável de desestabilização de toda a hegemônica estrutura industrial montada à base de combustíveis convencionais, com

"Tratados que visam a não-proliferação de armas atômicas só impedem acesso aos não-desenvolvidos"

enormes repercussões na configuração do quadro internacional de poder.

Enquanto a Índia, neste momento, reafirma sua autonomia na decisão de fazer ou não fazer armas nucleares, preservando seu caráter de potência nuclear pacífica, o Brasil abre mão de sua capacidade decisória e compromete sua soberania quanto ao destino de suas instalações e materiais radioativos.

Neste quadro, o Brasil merece e recebe um tratamento de "pressão privilegiada". Isto, certamente, explica a nova posição do governo brasileiro.

INFORME
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

